

goria de Especialista — adjunto de nível 2, posicionada no escalão 1, índice 269.

17 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 252/2009

Por despachos de 02.12.2008 do Reitor da Universidade do Minho e de 16.12.2008 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:

Maria da Glória Ferreira Silva, Assistente Administrativa Especialista do quadro de pessoal da Universidade do Minho — transferida, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12., para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrada na Carreira de Apoio à Investigação e Fiscalização na categoria de Especialista — adjunto de nível 2, posicionada no escalão 2, índice 290.

17 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 253/2009

Por despacho de 17.12.2008 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Cassilda de Nazaré Ascensão Adriano, Auxiliar Administrativa, afecta à Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em situação de mobilidade especial — conversão automática em exercício de funções por tempo indeterminado, com a mesma categoria, em lugar a criar e a extinguir quando vagar do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, com efeitos a 12 de Dezembro de 2008.

18 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 254/2009

Por despacho de 17.12.2008 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Ligia Marcelos Moreira, Assistente Administrativa Especialista, afecta à Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em situação de mobilidade especial — conversão automática em exercício de funções por tempo indeterminado, com a mesma categoria, em lugar a criar e a extinguir quando vagar do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 07.12, com efeitos a 17 de Dezembro de 2008.

18 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 255/2009

Por despacho de 17.12.2008 do Director Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi renovada a comissão de serviço do Inspector José António Borrego Ramos, no cargo de Chefe do Núcleo de Formação, com efeitos a partir de 06.02.2009, nos termos do n.º 2 do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16.10.

18 de Dezembro de 2008. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 256/2009

Por meu despacho de 04 de Dezembro de 2008, por delegação:

Pedro Nuno Rodrigues de Carvalho, Escrivão Auxiliar do Balcão Nacional de Injunção — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal de Comarca de Vila Nova de Famalicão.

Isabel Maria Azurara Reis Carvalho, Escrivão Auxiliar do Tribunal de Comarca de Vila Nova de Famalicão — autorizada a permuta para idêntico lugar do balcão Nacional de Injunção.

Aceitação: dois dias.

(Não carece de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 257/2009

Por meu despacho 15.12.08 por delegação (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20/08/2007):

Foram nomeadas definitivamente especialistas de informática do grau 3, nível 1, escalão 1, índice 720, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2007, de 27 de Abril; da Portaria n.º 515/2007, de 30 de Abril; da Portaria 558/2007, de 30 de Abril; Portaria 236/95, de 28 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 14/96, de 22 de Novembro; do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março; da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril e do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, as seguintes especialistas de informática do grau 2, nível 2:

Elisabete Maria Rodrigues Ramalho.

Maria Julia Silva Dores da Silveira.

16 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 258/2009

Por despacho da Directora-Geral de 15 de Dezembro:

Luís Fernando Borges Freitas, secretário de justiça, exercendo em comissão de serviço as funções de director de serviços de Administração Judicial, reclassificado profissionalmente e definitivamente como assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, ficando posicionado no escalão 1, índice 710.

17 de Dezembro de 2008. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais

Despacho (extracto) n.º 259/2009

Por despacho de 5 de Dezembro de 2008 do Director-Geral da Agência Portuguesa do Ambiente, e obtida a confirmação de cabimento orçamental a que alude o n.º 3 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio, foram os Técnicos Superiores Principais Regina Maria Madail Vilão, Maria do Carmo Ramalho Figueira Palma, José Manuel Rodrigues Sobrinho, Maria Gorete dos Santos Alves da Costa Sampaio, Maria Ana Machado Correia da Cunha, Ana Paula da Silva Nunes Sismeiro Pereira, Dora Maria da Silva Beja Balixa, Ana Paula Jacques Fonseca Simão, Ana Paula de Jesus Martins Carvalho e Maria João Ferreira da Costa Sutil Roque, nomeados, precedendo concurso, na categoria de Assessor, escalão 1, índice 610, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral do Ambiente, gerido pela Agência Portuguesa do Ambiente.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2008. — A Directora, *Fernanda Piedade Martins Chilrito Mendes Bernardo*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 260/2009

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, designo a Vice-Presidente Professora

Doutora Ana Maria Pereira Abrunhosa minha substituta legal em caso de ausência e ou impedimento.

Este despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2008, considerando-se ratificados os actos entretanto praticados que se incluam no seu âmbito.

26 de Novembro de 2008. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 261/2009

Por despacho de 26 de Novembro de 2008 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião, técnica superior principal, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada definitivamente na categoria de assessora, da carreira técnica superior, com efeitos a 16-09-2008, ficando posicionado no escalão 1 índice 560, nos termos do artigo 29.º, n.º s 1, 2, 6 do artigo 30.º, n.º s 1, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15/01, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30/08, em conjugação com o artigo 4.º do Dec.-Lei n.º 404-A/98, de 18/12, na redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11/06.

(Isento de fiscalização prévia)

27 de Novembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Paula Cunha*.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Departamento de Finanças e Gestão Administrativa

Despacho (extracto) n.º 262/2009

Por despacho de 26 de Setembro de 2008 do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 19.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 38.º, da Lei n.º 53/2006 de 7 de Dezembro, foi autorizado o pedido de passagem à situação de mobilidade especial por opção voluntária, com efeitos a partir da data da publicação no *Diário da República* do licenciado Henrique Menezes Almeida Pereira dos Santos da carreira técnica superior em comissão de serviço no cargo de Director de Departamento de Comunicação e Gestão de Operações, cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

Nos termos do despacho do Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P., considera-se cessada a comissão de serviço a partir da data de início na situação de mobilidade especial.

17 de Dezembro de 2008. — A Directora, *Otilia Martins*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado do Turismo

Despacho n.º 263/2009

Atento o pedido de atribuição de utilidade turística a título prévio ao Hotel S. Mamede, classificado em projecto como hotel de 3 estrelas, sito no concelho de Portalegre, de que é requerente a sociedade Fernandes, Jorge & Soares, S. A.;

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e o parecer do Turismo de Portugal, I. P., que considera estarem reunidas as condições para a atribuição de utilidade turística a título prévio ao empreendimento, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de Dezembro, atribuir a utilidade turística a título prévio ao Hotel S. Mamede.

2 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do citado decreto-lei, fixar o prazo de validade da utilidade turística em seis meses, contados da data da publicação no *Diário da República* do respectivo despacho declarativo.

3 — Nos termos do artigo 8.º do mesmo diploma legal, a utilidade turística fica dependente do cumprimento dos seguintes condicionamentos:

- a) O empreendimento não poderá ser desclassificado;
- b) O empreendimento deverá abrir ao público antes do término do prazo de validade da utilidade turística prévia;
- c) A confirmação da utilidade turística deverá ser requerida no prazo de seis meses contado da data da abertura ao público do empreendimento, ou seja, da data da emissão do alvará de autorização de utilização para fins turísticos e dentro do prazo de validade desta utilidade turística prévia;
- d) A requerente deverá promover a realização de uma auditoria de qualidade de serviço por entidade independente, cujo relatório deve acompanhar o pedido de confirmação da utilidade turística. Caso disponha de um sistema de gestão de qualidade implementado no empreendimento, o relatório de auditoria pode ser substituído pela descrição detalhada do referido sistema, evidenciando nomeadamente a política de qualidade prosseguida, a monitorização e medição da satisfação do cliente e o tratamento das reclamações, a frequência e metodologia das auditorias internas e o envolvimento da gestão de topo;
- e) A requerente deverá comunicar ao Turismo de Portugal, I. P., quaisquer alterações que pretenda introduzir no projecto aprovado, para efeitos de verificação da manutenção da utilidade turística agora atribuída, sem prejuízo de outros pareceres ou autorizações legalmente devidos pelo referido organismo.

21 de Novembro de 2008. — O Secretário de Estado do Turismo, *Bernardo Luís Amador Trindade*.

301083897

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 264/2009

José Alberto Soares Pinto, inspector superior principal da carreira de inspector superior, afecto ao quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública, na situação de mobilidade especial, a exercer funções a título transitório, foi determinada a sua conversão automática em exercício de funções por tempo indeterminado, com a mesma categoria, em lugar criado nos mapas de pessoal da ASAE, nos termos das disposições conjugadas no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, e n.º 7 alínea b) do artigo 117.º da Lei n.º 12-A/2008, de 28 Fevereiro, com efeitos a 1 de Novembro.

27 de Outubro de 2008. — O Inspector-Geral, *António Nunes*.

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 265/2009

Considerando as disposições contidas no artigo 29.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e após confirmação dos pressupostos pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, nomeio a licenciada Cristina Maria Saraiva Nunes Pinto, técnica superior principal, do mapa de pessoal da DGAE na categoria de assessora principal da carreira técnica superior, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2008.

15 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 266/2009

Considerando as disposições contidas no artigo 29.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e após confirmação dos pressupostos pela Secretaria-Geral do Ministério da Economia e da Inovação, nomeio a licenciada Donzília da Conceição Gonçalves Santo, técnica superior de 1.ª classe do mapa de pessoal da DGAE na categoria de assessora principal da carreira técnica superior, com efeitos reportados a 1 de Outubro de 2008.

15 de Dezembro de 2008. — O Director-Geral, *Mário Lobo*.

Despacho n.º 267/2009

Considerando as disposições contidas no artigo 29.º e nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e após confirmação dos pressupostos